

N. F. Nº - 206977.0004/20-0
NOTIFICADO - ERINALDO VIEIRA DA SILVA
NOTIFICANTE - MARCO ANTONIO COUTO FERREIRA
ORIGEM - INFAZ CHAPADA DIAMANTINA
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 26/05/2021

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0070-01/21NF-VD

EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO OU RECOLHIMENTO PARCIAL. VALORES DECLARADOS NA EFD. O notificado apresentou DAes que comprovam o recolhimento tempestivo do imposto reclamado. Infração insubsistente. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A presente Notificação Fiscal, lavrada em 24/02/2020, refere-se à exigência de crédito tributário no valor histórico de R\$804,52, mais multa de 50%, em decorrência da seguinte irregularidade:

Infração 01 – 02.12.02: Deixou de recolher ou recolheu parcialmente o valor declarado em EFD – Escrituração Fiscal Digital, referente ICMS Normal, nos meses de janeiro a abril, julho, setembro, outubro e dezembro de 2018; março a julho e outubro a dezembro de 2019.

Enquadramento Legal: art. 32; art. 34, incisos III e VIII, da Lei 7.014/96, combinado com art. 247 do Decreto nº 13.780/2012 e art. 54-A do Decreto 7.629/99. Multa prevista no art. 42, I, da Lei nº 7.014/96, alterado pela Lei 11.899 de 30/03/2010.

O notificado apresenta impugnação à fl. 74, anexando diversos Documentos de Arrecadação Estadual – DAE (fls. 89 a 106), objetivando comprovar que não há imposto devido.

O notificante em informação fiscal à fls. 108, diz que após análise dos DAes apresentados pelo contribuinte, constatou o efetivo ingresso dos valores ao erário.

Ao final, acatando as razões da defesa, opina pela Improcedência da notificação fiscal.

VOTO

A presente notificação exige ICMS, imputando ao notificado a falta de recolhimento ou o recolhimento parcial de valores declarados na EFD.

Todavia, o notificado apresentou às fls. 89 a 106, cópias de diversos DAes que comprovam o recolhimento tempestivo dos valores que foram objeto da notificação.

Vale ressaltar, que o próprio notificante, por ocasião da informação fiscal, acatou as alegações defensivas, dizendo que verificou o efetivo ingresso dos valores no erário.

Face ao exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em INSTÂNCIA ÚNICA, julgar **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº 206977.0004/20-0, lavrada contra **ERINALDO VIEIRA DA SILVA**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 30 de abril de 2021.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVEA – RELATOR

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ – JULGADOR